

# O intrincado luto nas infâncias

*The intricate mourning in childhood*

Marta Gerez-Ambertín

Tradução: Bernardo Maranhão

## Resumo

Em geral, a travessia do luto nas infâncias costuma ter arestas muito complicadas, como o de qualquer luto, mas a ele se agrega o ocultamento da morte por parte do entorno, que, ao pretender evitar o sofrimento pela perda de um ser querido ou de uma mascote amada, consegue apenas, com esse ocultamento, intensificar a dor pela perda e impedir que a criança ou o adolescente faça o necessário percurso do luto. Isso não é sem consequências, pois, ao impedir a criança ou o adolescente de fazer o luto, o adulto lhes dificulta, ao mesmo tempo, subjetivar qualquer perda: *acting-out* extremos, passagens ao ato neuróticas e psicóticas e, às vezes, outras patologias mais severas são a consequência dessa recusa do saber sobre a morte.

**Palavras-chave:** Travessia do luto, Luto impedido nas infâncias, Morte invisível, Recusa do saber, O vazio dos rituais fúnebres.

*Quando morre algum ser querido,  
o adulto costuma mentir para seu filho sobre o acontecido  
e pensa que não falar sobre a morte  
é fazer com que essa morte não exista para a criança.  
Confunde a dor da situação com  
a explicação dessa situação dolorosa.  
Quando uma mãe, um irmão ou um pai morre,  
sobrevém uma grande dor.  
Mas falar da morte não é gerar a dor:  
é aliviá-la, é ajudar a criança a ir elaborando essa dor.  
ARMINDA ABERASTURY. *La muerte de un hermano.**

## 1. A morte-espetáculo e o luto intransitável

O que dizer sobre o luto e seu correlato, a morte, nos dias de hoje? Em princípio, nenhum deles deveria ser um ato só individual. A morte, assim como a vida, implica sempre os outros: "Por isso, como grande passo da vida, é celebrada por uma cerimônia sempre mais ou menos solene, que tem por objeto marcar a solidariedade do indivíduo com sua estirpe e sua comunidade" (ARIÈS, 1988). Acrescentemos que, antes de tudo, trata-se da solidariedade da comunidade com o morto.

No entanto, Ariès demonstrará que, na atualidade, o ritual já não é o mesmo. O cenário das despedidas se modificou. Assistimos a um novo espetáculo, de um **luto invisível**, de uma pressão pelo silenciamento do entorno do morto: não deve se desgarrar nem se alterar, fica sem lástima, sem sofrimento e, evidentemente, sem significação. Ao mesmo tempo, a morte passava radiante nos *mass media* com uma selvageria que nos convoca a um gozo não subjetivado.

Isso provoca um paradoxo entre os adultos, e ainda mais entre as crianças! Deleitam-se em seu gozo sob o olhar da máquina, seus heróis se despedaçam, matam, morrem, tudo isso em meio a uma algaravia de gritos que festejam a “conquista”. Será por isso que não chegam a um luto mínimo quando ao seu lado morre sua mascote, um amigo, alguém da família, seus pais ou seus irmãos? Os adultos participam desse luto invisível e o convocam, tratam de apagar as marcas da perda, expulsam do saber a privação ocorrida, oferecem rapidamente uma ortopedia que “vela” o vazio do real: não só não há velório, como há encobrimento que impede o luto. Isso não é sem consequências para o sujeito que, ao se ver impedido de fazer o luto, é também impedido de subjetivar a perda: *acting-out* extremos, passagens ao ato neuróticas e psicóticas e, às vezes, outras patologias mais severas são a consequência dessa recusa do saber sobre a morte.

Devido à pandemia de covid-19, a morte dos seres queridos – tão pouco ritualizada – tornou-se mais *invisível* do que nunca. A proibição dos funerais teve um efeito de *denegação* da morte e muito poucos falaram com seus filhos e filhas por ocasião da morte de algum parente ou amigo. Voltou à tona a conhecida história de que fulano *foi viajar...* enquanto as crianças esperam ansiosas pelo seu retorno. Recusa de saber sobre a morte e a fala nos adultos, que repercute intensificando nas crianças a recusa de saber sobre a morte do próximo.

## 2. Luto impedido e recusa de saber

Lacan ([1958-1959] 2014), no *Seminário 6: O desejo e sua interpretação*, aborda a relação entre o luto impedido e intransitável, de um lado, e a recusa do saber, do outro, ao relacionar a privação do luto com a forclusão do Nome do Pai nas psicoses. Já no *Seminário 10: A angústia*, especificará: “só se pode fazer o luto por aquele de quem fomos a falta” (LACAN, [1962-1963] 2010). Se tomamos essa citação, alguém em luto fica como

“causa perdida”, como “alma penada”, como “bala perdida”, como “**a penada**”. Uma “causa que já não causa ninguém” é uma “causa” que pode *se desmascarar em um real puro* e arrastar o enlutado na esteira desse *a* que apenas, risco possível de falha na operação de separação que pode derivar para a operação de sacrifício e imolação ao Outro do gozo. Dito de outro modo, um sujeito em luto é sempre um sujeito de muita fragilidade subjetiva, na medida em que está exposto ao objeto como real: **privação** que supõe falta, no real, de um objeto simbólico. Em outras palavras, no *Seminário 6*, ao tratar do conceito de privação, Lacan já adiantava as hipóteses de trabalho do luto, o qual consistiria em uma forma particular de identificação com o objeto, ainda que não especificasse que o objeto em jogo é o objeto *a* como causa. Por isso, o luto “*é um trabalho de separação e, ao mesmo tempo, de assujeitamento em relação ao objeto perdido, de consumir a perda em uma segunda volta (ou terceira, ou quinta), para sustentar em detalhe os laços com o objeto perdido e modificar nosso laço com ele (e sermos por esse laço modificados)*”. Esse trabalho *de separação* da criança em relação ao morto não deveria começar no momento mesmo da morte?

No luto, o furo do real convoca o simbólico, na medida em que convoca o falo e se encontra com o furo do real. Há aí *parentesco* entre o luto e a forclusão do Nome do Pai. Enquanto na forclusão o furo no simbólico convoca o real, no luto o furo do real convoca o simbólico, mobiliza o significante sempre que haja trabalho de luto e chamamento ao rito social.

O luto, pela questão da privação, é aparentado da psicose no ponto onde não se cumpre um trabalho de luto e se produz um retorno do real. Porque desse vazio pululam as alucinações e outros fenômenos, avalanche de certezas que acompanham o sem sentido de fenômenos da percepção ou do pensamento, efetuação, no real, do significante que falta, já que a ineficácia do simbólico, agora fura-

do, não consegue cifrar o gozo em questão. Lacan (1966-1967), em 12 de maio de 1967, pontificará: “Isso que está rechaçado no simbólico deve ser focalizado no campo subjetivo em algum lugar, para voltar a aparecer em um nível correlato no real”. Logo, no luto e no trabalho do luto, ganha importância o recurso ao rito como chamamento ao Outro e mobilização do significante.

Mas o que acontece quando esse recurso, esse chamamento ao simbólico, essa mobilização significante se vê impedida porque não há recurso ao rito? “O rito, através do qual damos **satisfação à memória do morto**, é a intervenção pública de todo o jogo significativo” (LACAN, [1958-1959] 2014). Aqui, Lacan coincide com Freud: o luto normal tramita pelos caminhos do *acting*: trata-se de uma colocação em cena (o *acting* está dirigido ao Outro) e, ao mesmo tempo, um chamado ao Outro e um cenário com público, o qual permite marcar, disfarçar, velar o objeto *a*. Esse buraco no ser, deixado pela morte de alguém cujo desejo causamos. Mascará-lo com o mínimo manto de cobertura agalmática nesse cenário ritualizado, publicamente legislado, permite que o *a* se recubra. Com isso, o *lutante* mostra que é a máxima causa do objeto morto e, nessa mostra, com esse cenário, com esse público, consegue disfarçar o objeto *a*, **mascará-lo**, cobri-lo com um último manto de cobertura agalmática. Há necessidade de mostrar ao Outro que ele é único na relação com esse objeto, mas como não sabe nada desse objeto, toma a saída de mostrá-lo, de mostrar que é único na relação com ele. Em suma, mostrar, pela via da atuação, sua relação com o morto e com objeto como causa perdida. Esse é um recurso para recobrir e velar o objeto *a*, possibilidade do cenário para mascarar o objeto.

Pois bem, um luto silencioso e anônimo, que expulsa todo o saber sobre a morte, sem rito, sem testemunho, sem testemunhas, sem suporte legislado pelo Outro social – isto é, um *não-luto* – deixa o enlutado exposto ao retorno, sobre ele, do objeto *a* proveniente

do morto, exposto ao risco da desmarcação fantasmática ou da psicose, pelo furo criado na existência. E ocorre que, quando a desapareção de alguém não foi acompanhada dos ritos necessários, produz-se um luto “não satisfeito”, “não se satisfaz a memória do morto”, isto é, um luto impedido e intransitável.

Aí, dirá Lacan ([1958-1959] 2014), “algo resulta falido ou elidido, ou **rechaçado** na satisfação da memória do morto”, não se cumpre com ele e, portanto, há intervenção dos fantasmas e espectros no vazio deixado pelo defeito do rito significante. Um morto sem memória é um morto sem rememoração, um morto não sepultado, um morto que há de nos confrontar com o objeto *a* liberado como causa, que há de nos confrontar com esse objeto a partir da voracidade superegoica.

Isso já tinha sido especificado por Freud ([1932] 1979): “Ainda hoje em muitos estratos da nossa população, ninguém pode morrer sem que se creia que foi assassinado por outro [...] E a reação neurótica regular ante a morte de uma pessoa próxima é, também, a autorrecriação de que nós mesmos causamos essa morte”. Saldo superegoico de todo luto, que deixa uma marca incurável na subjetividade.

Mas o que acontece quando se trata da morte de uma criança? Qual é a sua incidência na subjetividade daqueles que sobrevivem a ela, avós, pais, irmãos etc.? Freud deixa algumas pistas nas cartas a Fliess com relação à morte de seu irmão Julius: “matar o irmão, mandá-lo ao inferno, padecer a ameaça de sofrer, em retaliação, a mesma sorte”. Apesar de tudo, aí há uma figura da culpa inconsciente, há um semblante que permite a tramitação do luto.

Muito mais graves são as consequências daquelas mortes de irmãos ocultadas, mantidas em silêncio mesmo no mito familiar, e que reservam à criança o lugar de um objeto que deve recobrir o buraco do real deixado pela morte de um irmão. Não há memória de uma morte, não há rememoração da mor-

te do rival, só a obrigação de velá-lo [velare] sem velório. A esse respeito dirá Marie-Magdeleine Chatel (1994): “A morte de um próximo é subjetivada como crime, como suicídio ou como ambos. Por acréscimo, quando o ser querido é uma criança pequena, dependente da responsabilidade de seus pais, morto acidentalmente e não por outra causa [...] o acidente mostra que sempre é um acidente por negligência dos pais. Esse ato só pode ser tomado como um ato falho, efeito do desejo dos pais, o que leva ao rechaço à subjetivação por eles. É impossível reconhecer o assassinato do filho que tanto se ama, exceto mediante uma recusa do saber. As patologias que resultam dessa impossibilidade dão testemunho desse reconhecimento não sabido”.

### 3. Dizer a morte e fazer o luto: adultos e crianças

Não há em Freud, Lacan ou Klein uma “teoria” acabada do luto, muito menos uma formulação única dada de uma vez e para sempre. Nas obras desses autores, “o luto” vai se reformulando de acordo com as modificações sofridas pelo conjunto de seu corpus teórico-clínico.

No entanto, suas perspectivas coincidem em reconhecer que o luto é um enigma, e o buraco irreparável que ele deixa tramita nas respostas que cada um dá a esse furo no real pela via da fantasia.

Como dissemos antes, Ariès (1988) já demonstrou que, na atualidade, o dizer sobre a morte e os rituais mortuários tem variado. Há pressão para calar o entorno do morto: não deve se desgarrar nem se alterar, deve ficar sem pena, sem sofrimento e, evidentemente, sem significação, o que provoca o perigo de impedir a tramitação do luto, torná-lo intransitável.

Tudo isso se intensificou com a pandemia de covid-19. As novas modalidades fúnebres na pandemia, raquíticas de ritos funerários, exacerbaram o risco de potenciar o luto intransitável. Nessas situações, nem houve contato com o cadáver nem “último adeus”,

não houve “despedidas”. Foi escasso o tempo entre o falecimento e o enterro ou a cremação dos restos. As cerimônias fúnebres laicas ou religiosas se abreviaram ao máximo ou não existiram, e nelas só se permitiu um mínimo de enlutados. Os meios de imprensa colaboraram ocultando o sofrimento produzido em tantos pela ausência de velórios e seu quase impedimento de atravessar o luto. O que dizer às crianças, se nem os adultos tinham respostas ante uma pandemia que punha a humanidade em risco?

Se as cerimônias mortuárias, os ritos e a circulação dos dizeres sobre o morto que se produzem no próprio instante do falecimento são imprescindíveis para os adultos e deveriam ser compartilhadas com as crianças, como construir algo em torno desse vazio que foi produzido por uma morte, se a pandemia provocou a necessária proibição de “se aproximar” e de velar o morto?

Os dizeres dos adultos em tono da morte de um filho, de um ser querido próximo, têm impacto sobre os filhos, inclusive ali onde se trata de dissimular a dor deixada por uma morte. E se de fato, como disse Freud, “não há inscrição da própria morte no inconsciente”, essa inscrição da morte tramita subjetivamente na confrontação com a castração, com a falta no Outro. Não há inscrição da própria morte, mas a morte do próximo produz intimidação na subjetividade. Isso que ocorre com o semelhante ameaça irremediavelmente o filho. Seria o caso de poupá-lo dessa ameaça? Mas a vida não é sem ameaças, de todo tipo e, entre elas, a da morte ineludível.

Como afirma Aberastury (1976) em *La muerte de un hermano*, pretende-se que a criança viva em um mundo paradisíaco, mas essa pretensão esbarra na impossibilidade de sustentar o filho como *sua majestade, o neném*, alheio a frustrações, privações e perdas. Mas não há paraíso para as crianças, sua vida psíquica é constituída entre ameaças, perdas, separações e reencontros. O jogo do *Fort-Da* o exemplifica magnificamente: *fora*

é já separação, e *dentro* é a incorporação com marca de perda na fantasia.

Por isso, a morte de um ser querido, assim como o impacto dessa morte em seus pais e parentes próximos, não pode ser ocultada. Ainda quando se procura ocultá-la ou dissimulá-la, a criança a percebe e aparece a desconfiança na “boa fé” do adulto. De uma maneira ou de outra, a criança descobre que “algo” está sendo escondido dele, o que prejudica em muito a crença na palavra do adulto, decepção que deixa as marcas da inconsistência do Outro, que em tal caso se agiganta.

Contrariamente ao que é apregoado por algumas crenças populares ou psicologias sanitaristas, é preciso fazer circular o saber sobre essas mortes, *dizer sobre elas*, dar notícia dessas mortes à criança e poder mostrar o sofrimento que produzem nos adultos. As crianças ficam aliviadas por poder compartilhar os relatos e rituais mortuários das despedidas. Elas não deveriam ser excluídas desses processos.

Ainda que o saber sobre a morte não prepare ninguém para enfrentá-la, por se tratar de um saber inconsciente, o seu dizer possibilita confrontar-se com a privação e propicia os modos de lhe dar uma resposta. De um modo ou de outro, o furo no real (a morte), inassimilável no simbólico, deixa suas marcas, e será a fantasia da criança que irá produzindo os jogos, desenhos, cantos e ficções para responder a esse furo traumático do real.

Precisamente, o livro de Arminda Aberastury que cito na epígrafe (publicado em 1976 e dirigido a crianças maiores de cinco anos e a seus pais) pretende encarar, através de imagens e textos, a questão da morte dos irmãozinhos. Ela pesquisou os efeitos sintomáticos, as inibições e as angústias que se produzem nas crianças em vista da morte de um ser querido, nos casos em que se evita *o dizer da morte*. Evitar falar da morte, ocultar os seus ritos funerários, evitar *dizer* a morte, assim como mentir sobre ela, tem conse-

quências funestas, porque, nesse caso, a palavra dos pais é mais do que desvalorizada dali em diante.

Como tão bem assinalado por Ana Bloj, na revista *Fort-Da*, a respeito da obra de Aberastury: “Podemos ver ao longo de sua obra a ideia de que comunicar à criança ‘a verdade’ era acompanhada da ideia de tornar consciente um saber não sabido, portanto, um saber não consciente. Essa comunicação conduz, de algum modo, a uma liberação da criança com respeito ao segredo familiar e aponta para a cura do sintoma”.<sup>1</sup>

É de estranhar que não se tenham produzido mais abordagens nessa linha, ainda mais por se tratar de um tema sobre o qual é preciso aprofundar a investigação.

#### 4. O luto impedido e seus efeitos colaterais

O luto supõe, como dissemos, transitar em torno do furo do real, esvaziado pela morte de um ser querido, ali onde o mundo inevitavelmente se empobrece. A possibilidade de fazer a travessia do luto implica, a propósito, uma tentativa de recomposição desse mesmo mundo que, de uma maneira ou de outra, ficará furado, mas será possível transitar nesse mundo reconhecendo ausências e privações – não é isso a castração? – e, se calhar, sublimando... apesar delas. Esse trânsito também implica as infâncias, as crianças; é necessário que elas também o realizem.

As *dívidas/culpas* com nossos mortos, é preciso pagá-las atravessando o luto e praticando seus rituais concomitantes, para que esses cadáveres não terminem na desolação, insepultos. E para que o *corpo falante* das crianças não fique como encriptado, mudo testemunho dos mortos não velados, carentes de *semblantes*.

Daquilo que ofereçamos em tributo aos nossos mortos depende... a qualidade futura, não só da subjetividade dos adultos, mas também das infâncias e da sociedade do fu-

1. Disponível em: <http://www.fort-da.org/fort-da12/bloj.htm>.

turo. Qualidade, portanto, da *polis* que nos seja possível tentar recompor. Trânsito pelo luto, tanto singular e íntimo quanto social e político. Trânsito imprescindível pela confrontação com outros e conosco mesmos, e cujo resultado é a construção de um mundo onde o tributo aos nossos mortos e a sua recordação estão presentes.

Como diz John Donne: “A morte de qualquer humano me diminui, porque estou ligado à humanidade. Portanto, não pergunte por quem os sinos dobram: eles dobram por ti”. Ao que acrescento, sempre “dobram por ti e pelo Outro”.

A morte – cada morte singular e concreta – coloca a *sociedade inteira*, e não somente os “enlutados” diretos – crianças e adultos – ante o perigo de uma *fragilização das subjetividades e da sociedade*, de seu próprio “direito à existência”, e não esqueceremos que a complexa ritualidade simbólica torna possível o intento de *recuperar a memória* dos ausentes para que a comunidade, a *cada vez* que a morte abra em seu meio um vazio, possa ser *refundada* e recomece sua existência. Esse trabalho de luto e rememoração dos mortos implica necessariamente as crianças. É preciso que elas possam transitar por ele, para que as suas subjetividades não fiquem frágeis. Do mesmo modo, não podemos esquecer que o futuro lhes pertence, para refundar a convivência e a existência. Privá-las da rememoração implicada no luto pressupõe amputá-las de uma parte de si mesmas, uma parte importante daquilo que lhes permitirá sustentar os laços familiares e sociais.

Convém recordar uma frase de *O pequeno príncipe*, de Antoine de Saint-Exupéry: “Às vezes, temos que aguentar as urtigas, se queremos desfrutar das borboletas”. É preciso que a passagem do tempo e o fim dos dias se inscrevam na subjetividade de cada criança. Desse modo, será preciso suportar as urtigas (a morte) para poder desfrutar das borboletas (a vida)... e do depois.

### **Abstract**

*In general, the transit of mourning in childhood has very complicated edges, as in any mourning, but it is made even more complex by the hiding of death by the surroundings of the child. By means of this hiding, though intending to spare the child from the suffering of losing a dear relative or a beloved pet, the child's surroundings end up intensifying the pains of such loss and keeping the child or the adolescent from walking the necessary path of mourning. This has consequences, for, by impeding the child or adolescent from working through the mourning process, the adult makes it difficult for them, at the same time, the subjective processing of any loss: extreme acting-out episodes, neurotic and psychotic passages to action and, at times, more severe pathologies, will result from this refusal of the knowledge about death.*

**Keywords:** *Crossing of mourning, Impeded mourning in childhood, Invisible death, Refusal of knowledge, The emptiness of funerary rituals.*

## Referências

---

ABERASTURY, A. *La muerte de un hermano*. Buenos Aires: Paidós, 1976.

ARIÈS, Ph. *El hombre ante la muerte*. Madrid: Taurus, 1988.

LACAN, J. *El Seminario, libro 10: La angustia (1962-1963)*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

LACAN, J. *Seminario, libro 14: La lógica del fantasma (1966-1967)*. Inédito.

LACAN, J. *El Seminario, libro 6: El deseo y su interpretación (1958-5199)*. Buenos Aires: Paidós, 2014.

FREUD, S. Conferencia 33: La feminidad (1932). In: \_\_\_\_\_. *Nuevas conferencias de introducción al psicoanálisis, y otras obras (1932-1936)*. Traducción de José Luis Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, 1979. (Obras completas, 22).

CHATEL, M.-M. A falta de estrago... *Litoral*, 17, Buenos Aires: E.D.E.I.P.S.A., 1994.

**Recebido em:** 12/09/2022

**Aprovado em:** 23/10/2022

### Sobre a autora

#### Marta Gerez-Ambertín

Doutora em psicologia pela Universidade Nacional de Tucumán (Argentina). Pós-doutora em psicologia clínica – menção psicanálise pela PUC São Paulo (Brasil). Diretora do curso de doutorado em psicologia da Faculdade de Psicologia da Universidade Nacional de Tucumán (Argentina).

**E-mail:** martagerezambertin@gmail.com

